

**TIGRE S.A. PARTICIPAÇÕES**

Sociedade de Capital Aberto - Joinville-SC  
CNPJ nº 84.684.455/001-63

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores acionistas,  
Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e Notas explicativas, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Permanecemos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração, Joinville, março de 2024.

**BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	329.867	775.907	747.714	1.500.429	Fornecedores	16	88	20	480.777	497.899
Contas a receber de clientes	9	-	-	765.108	1.071.116	Risco sacado	17	-	-	43.088	132.407
Estoques	10	-	-	781.314	981.064	Empréstimos e financiamentos	18	60.472	184.647	194.820	1.203.329
Partes relacionadas	26	1.623	65.992	2.801	2.844	Passivos de arrendamento	13	-	-	28.271	27.026
Impostos a recuperar	11	113.110	120.240	224.914	462.179	Derivativos	8	-	4.090	1.560	4.573
Dividendos a receber	27	1.354	240.712	-	-	Partes relacionadas	27	14.067	-	-	30
Derivativos	8	3.380	-	6.152	2.390	Salários e encargos		1.866	1.154	54.700	67.488
Adiantamento a fornecedores		-	-	44.530	94.779	Obrigações tributárias		306	127	27.709	41.990
Outras contas a receber		3.100	339	39.237	41.866	Imposto de renda e contribuição social	26	-	33.800	21.520	100.172
		<b>452.434</b>	<b>1.203.190</b>	<b>2.611.770</b>	<b>4.156.667</b>	Gratificações e participações		839	5.142	11.435	38.941
						Provisão para contingências	19 (a)	-	-	4.914	1.576
<b>Não circulante</b>						Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	490.406	701.295	490.406	701.295
Depósitos judiciais	19 (b)	1.166	1.166	49.827	50.141	Outras contas a pagar	20	9.353	585	133.765	131.936
IR e CSLL diferidos	21	23.146	-	345.557	227.207			<b>577.397</b>	<b>930.440</b>	<b>1.492.965</b>	<b>2.948.660</b>
Impostos a recuperar	11	-	-	272.919	213.768						
Contas a receber de clientes	9	-	-	1.518	1.623	<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	27	3.052	8.371	-	-	Empréstimos e financiamentos	18	597.244	596.555	1.178.200	608.790
Dividendos a receber	27	2.062	-	-	-	Passivos de arrendamento	13	-	-	5.557	13.364
Outras contas a receber		10.581	5.528	19.677	12.305	Provisão para contingências	19 (a)	1.142	1.142	145.042	136.182
		<b>40.007</b>	<b>15.065</b>	<b>689.498</b>	<b>505.044</b>	Gratificações e participações		5.580	10.503	6.526	15.629
Investimentos	5	2.549.051	2.571.984	96.102	95.874	IR e CSLL diferidos	21	-	3.099	55.055	77.857
Propriedades para investimento	12	57.363	74.973	1.621	1.716	Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	22.260	22.260
Ativos de direito de uso	13	-	-	33.315	40.130	Dividendos e juros sobre o capital próprio	22	-	400.000	-	400.000
Imobilizado	15	-	-	1.206.477	1.161.777	Outras contas a pagar	20	1.840	2.843	1.986	4.868
Intangível	14	1.944	2.134	233.881	243.905			<b>605.806</b>	<b>1.014.142</b>	<b>1.414.626</b>	<b>1.278.950</b>
		<b>2.608.358</b>	<b>2.649.091</b>	<b>1.571.396</b>	<b>1.543.402</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	22				
						Capital social		947.516	935.772	947.516	935.772
						Reserva de capital		813.117	813.117	813.117	813.117
						Ações em tesouraria		(4.500)	-	(4.500)	-
						Custo atribuído do ativo imobilizado		23.885	22.973	23.885	22.973
						Reservas de lucros		199.885	97.725	199.885	97.725
						Reservas legal		150.881	137.954	150.881	137.954
						Ajuste de avaliação patrimonial		(213.188)	(84.777)	(213.188)	(84.777)
						Atribuído aos acionistas controladores		1.917.596	1.922.764	1.917.596	1.922.764
						Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	47.477	54.739
						Total do patrimônio líquido		<b>1.917.596</b>	<b>1.922.764</b>	<b>1.965.073</b>	<b>1.977.503</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.100.799</b>	<b>3.867.346</b>	<b>4.872.664</b>	<b>6.205.113</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	23	10.527	12.776	4.899.653	5.880.765
Custos das operações	24	(4.305)	(4.671)	(2.896.877)	(3.711.693)
<b>Lucro bruto</b>		<b>6.222</b>	<b>8.105</b>	<b>2.002.776</b>	<b>2.169.072</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>					
Vendas	24	-	-	(940.732)	(888.783)
Administrativas e gerais	24	(36.478)	(21.418)	(552.385)	(481.652)
Resultado da equivalência patrimonial	5	346.227	599.971	13.836	(3.151)
Outras	24	(9.315)	2.797	(19.206)	124.925
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>306.656</b>	<b>589.455</b>	<b>504.289</b>	<b>920.411</b>
Despesas financeiras	25	(116.000)	(119.344)	(473.966)	(319.901)
Receitas financeiras	25	46.565	137.640	302.515	231.285
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	25	(1.764)	(300)	4.691	10.049
Variações cambiais, líquidas	25	(5.554)	(5.898)	(76.355)	(49.250)
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(76.753)</b>	<b>12.098</b>	<b>(243.115)</b>	<b>(127.817)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	26	<b>229.903</b>	<b>601.553</b>	<b>261.174</b>	<b>792.594</b>
Imposto de renda e contribuição social		-	(7.264)	(127.415)	(209.169)
Corrente		28.643	4.784	138.771	28.931
Diferido		<b>258.546</b>	<b>599.073</b>	<b>272.530</b>	<b>612.356</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		258.546	599.073	258.546	599.073
Participação acionistas não controladores		-	-	13.984	13.283
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>258.546</b>	<b>599.073</b>	<b>272.530</b>	<b>612.356</b>
<b>Lucro básico por ação - R\$ por lote de mil ações</b>	22			<b>17,00</b>	<b>41,53</b>
<b>Lucro diluído por ação - R\$ por lote de mil ações</b>	22			<b>16,53</b>	<b>40,32</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas</b>	<b>10.527</b>	<b>12.776</b>	<b>5.849.682</b>	<b>7.218.268</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	5.823.308	7.101.149
Outras receitas	10.527	12.776	49.303	127.861
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(22.929)	(10.742)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(14.073)</b>	<b>(8.057)</b>	<b>(3.468.954)</b>	<b>(4.104.759)</b>
Custos das vendas	(4.305)	-	(2.428.535)	(3.241.641)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.894)	(8.057)	(983.187)	(863.118)
Recuperação (perda) de valores ativos	(4.874)	-	(57.232)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(3.546)</b>	<b>4.719</b>	<b>2.380.728</b>	<b>3.113.509</b>
<b>Depreciação e amortização</b>				
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(3.546)	4.719	2.241.013	2.975.803
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>386.474</b>	<b>738.156</b>	<b>502.921</b>	<b>342.627</b>
Resultado de equivalência patrimonial	346.227	599.971	13.836	(3.151)
Receitas financeiras	40.247	138.185	489.085	345.778
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>382.928</b>	<b>742.875</b>	<b>2.743.934</b>	<b>3.318.430</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(382.928)</b>	<b>(742.875)</b>	<b>(2.743.934)</b>	<b>(3.318.430)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>(23.072)</b>	<b>(14.606)</b>	<b>(677.353)</b>	<b>(688.999)</b>
Remuneração direta	(11.876)	(8.706)	(486.592)	(493.016)
Benefícios	(11.196)	(5.900)	(166.570)	(172.960)
F.G.T.S.	-	-	(24.191)	(23.023)
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>11.846</b>	<b>(20.124)</b>	<b>(1.039.879)</b>	<b>(1.521.985)</b>
Federais	11.846	(20.124)	(441.527)	(696.351)
Estaduais	-	-	(587.213)	(817.489)
Municipais	-	-	(11.139)	(8.145)
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(113.156)</b>	<b>(109.072)</b>	<b>(754.172)</b>	<b>(495.090)</b>
Juros	(102.674)	(104.047)	(216.360)	(202.863)
Aluguéis	-	-	(51.021)	(46.078)
Outras	(10.482)	(5.025)	(486.791)	(246.149)
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(258.546)</b>	<b>(599.073)</b>	<b>(272.530)</b>	<b>(612.356)</b>
Dividendos e JCP	(102.315)	(555.295)	(102.315)	(555.295)
Lucros retidos	(156.231)	(43.778)	(156.231)	(70.344)
Participação de não controladores em lucros retidos	-	-	(13.984)	13.283

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>								
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>229.903</b>	<b>601.553</b>	<b>261.174</b>	<b>792.594</b>				
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:								
Depreciação e amortização	-	-	139.715	137.706				
Perda estimada para devedores duvidosos	-	-	22.929	(2.900)				
Perda estimada de estoque	-	-	17.276	211				
Provisão para contingências	-	-	13.612	(2.247)				
Reconhecimento de crédito tributário	-	-	(45.457)	(37.946)				
Resultado na venda de ativos imobilizados	5.118	-	48.382	19.445				
Juros, encargos, variação monetária e cambial não realizadas	102.832	104.838	417.224	209.994				
Equivalência patrimonial	(346.227)	(599.971)	(13.836)	3.151				
Provisão para gratificações e participações	8.707	5.367	27.074	31.225				
Plano de outorga de ações	1.311	512	1.311	512				
	<b>1.644</b>	<b>112.299</b>	<b>889.404</b>	<b>1.151.745</b>				
<b>Variações nos ativos e passivos</b>								
Redução (aumento) em contas a receber	-	-	123.689	(4.323)				
Redução (aumento) de partes relacionadas ativo	69.688	6.888	43	(394)				
Redução (aumento) nos estoques	-	-	64.912	4.864				
Redução (aumento) nos impostos	(26.142)	(27.346)	89.037	18.338				
Redução (aumento) em outras contas a receber	(8.831)	56.688	18.160	57.809				
Aumento (redução) em fornecedores	68	(431)	50.727	(286.447)				
Aumento (redução) em risco sacado	-	-	(89.749)	88.111				
Aumento (redução) de partes relacionadas passivo	14.067	(18.433)	(31)	(16.046)				
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	(17.221)	(17.394)	(68.404)	(87.228)				
Aumento (redução) em outros passivos circulante	(1.812)	(10.502)	5.746	6				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
<b>1 INFORMAÇÕES GERAIS</b>		
<b>1.1 Contexto operacional:</b> A Tigre S.A. Participações (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e a exportação de tubos e conexões de toda a espécie e materiais para construção em geral, bem como a participação em outras empresas. As unidades operacionais estão localizadas no Brasil e no exterior, conforme listado abaixo:		
<b>Atividade</b>	<b>Cidades</b>	<b>País</b>
Tubos e Conexões	Joinville - SC	Brasil
Imobiliária	Joinville - SC	Brasil
Hidráulicos de materiais plásticos	Joinville - SC	Brasil
Tubos e Conexões	Rio Claro - SP	Brasil
Tratamento de Água	Indaiatuba - SP	Brasil
Escovas, Pincéis e Vassouras	Castro - PR	Brasil
Tubos e Conexões	Escada - PE	Brasil
Tubos e Conexões e Acessórios	Manaus - AM	Brasil
Tubos e Conexões	Pillar	Argentina
Tubos e Conexões	Santiago	Chile
Tubos e Conexões	Lampa	Chile
Tubos e Conexões	Assunción	Paraguai
Tubos e Conexões	La Paz	Bolívia
Tubos e Conexões	Santa Cruz de La Sierra	Bolívia
Tubos e Conexões	Quito	Equador (em liquidação)
Tubos e Conexões	Janesville	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Beaumont	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Celina	Estados Unidos da América
Tubos e Conexões	Libertad	Uruguai
Tubos e Conexões	Lima	Peru
Tubos e Conexões	Cota - Cundinamarca	Colômbia

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, 26 de março de 2024.

**1.2 Principais eventos ocorridos em 2023:** **(a) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) - Tigre S.A.:** A Administração da Companhia aprovou em 31 de março de 2023 a distribuição de Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas, no valor bruto de R\$ 27.529. A Administração da Companhia aprovou em 30 de junho de 2023 a distribuição de Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas, no valor bruto de R\$ 27.898. A Administração da Companhia aprovou em 29 de setembro de 2023 a distribuição de Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas, no valor bruto de R\$ 23.331. A Administração da Companhia aprovou em 29 de dezembro de 2023 a distribuição de Juros sobre Capital Próprio aos seus acionistas, no valor bruto de R\$ 23.557. **(b) Contratação de empréstimos:** Em 03 de abril de 2023, a investida Tigre USA Inc. firmou um novo empréstimo no valor de US\$ 120.000 mil, com vencimento em 06 de abril de 2026, a taxa de SOFR + 2,75% a.a. Em 04 de abril de 2023, a investida Tigre USA Inc. firmou um novo empréstimo no valor de US\$ 3.000 mil, com vencimento em 29 de setembro de 2023, a taxa 7,05% a.a. Em 28 de dezembro de 2023, houve a renovação parcial do empréstimo, no valor de US\$ 1.000 mil, com vencimento em 26 de fevereiro de 2024, a taxa de 6,51% a.a. Em 30 de junho de 2023, a investida Tigre Sol. Amb. Ind. Com. Man. de Equipamentos Ltda. firmou um novo empréstimo no valor de R\$ 3.000, com vencimento em 01 de julho de 2024, a taxa de CDI + 2,00% a.a. Em 11 de dezembro de 2023, a investida Tigre Sol. Amb. Ind. Com. Man. de Equipamentos Ltda. firmou um novo empréstimo no valor de R\$ 13.500, com vencimento em 11 de dezembro de 2024, a taxa de CDI + 1,25% a.a. Em 14 de dezembro de 2023, a investida Tigre USA Inc. firmou um novo empréstimo no valor de US\$ 3.000 mil, com vencimento em 13 de março de 2024, a taxa 6,67% a.a. Em 14 de dezembro de 2023, a investida Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda. firmou um novo empréstimo no valor de R\$ 40.000, com vencimento em 16 de dezembro de 2024, a taxa de CDI + 1,20% a.a. Em 14 de dezembro de 2023, a Companhia firmou um novo empréstimo no valor de R\$ 50.000 de reais, com vencimento em 16 de dezembro de 2024, a taxa de CDI + 1,20% a.a. Em 22 de dezembro de 2023, a investida Tigre USA Inc. firmou um novo empréstimo no valor de US\$ 2.500 mil, com vencimento em 21 de fevereiro de 2024, a taxa 6,51% a.a. Em 22 de dezembro de 2023, a investida Tigre Sol. Amb. Ind. Com. Man. de Equipamentos Ltda. firmou um novo empréstimo no valor de R\$ 13.000, com vencimento em 24 de dezembro de 2024, a taxa de CDI + 1,17% a.a. **(c) Encerramento das atividades operacionais da subsidiária Tigre Equador S.A.:** Em 27 de junho de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração o encerramento das atividades de produção local na subsidiária Tigre Equador S.A. Assim, durante o ano de 2023, foram registradas na demonstração de resultado do exercício provisões relacionadas ao encerramento da unidade, totalizando o valor de R\$ 6.041, referentes a rescisões trabalhistas, honorários advocatícios, serviços de consultoria e outros. O encerramento das atividades produtivas não se caracterizou como operação descontinuada em 31 de dezembro de 2023. Desta forma, não foram identificados outros impactos nestas demonstrações financeiras decorrentes deste encerramento. **(d) Alienação de ativos - Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.:** Em 03 de julho de 2023 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a subsidiária Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A. e a empresa Romar Indústria e Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda, o qual refere-se à alienação de negócios de fabricação e comercialização de metais sanitários da Companhia, resultando na alienação de ativos relacionados ao negócio de metais sanitários. Decorrente dessa venda foi reconhecida uma perda de R\$ 38.852 na demonstração de resultado, na rubrica “Outras receitas e despesas operacionais”. **(e) Aumento de capital social:** Em 31 de julho de 2023, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$ 700, mediante a emissão de 2.387 ações Preferenciais, Classe B, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, mediante ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. **(f) Recompria de ações:** Em 29 de setembro de 2023, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a recompra de 16.133 ações Preferenciais Classe B de sua emissão, mediante ao exercício de opção de compra previsto no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. **(g) Reorganização societária:** Em 29 de novembro de 2023, foi aprovada pela Administração a reorganização societária entre duas subsidiárias da Companhia, iniciando pela cisão parcial da Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda, com a incorporação do respectivo acervo cindido pela Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A., com o objetivo de aumentar o foco no planejamento estratégico e sustentabilidade do negócio. **(h) Reconhecimento de diferido sobre prejuízo fiscal - Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.:** Em 31 de dezembro de 2023, a investida Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A. reconheceu o montante de R\$ 46.613 de tributo diferido sobre a parcela de prejuízo fiscal dos anos de 2015 a 2022, em função da existência de expectativa de lucros futuros. **1.3 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e homologadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), vigentes em 31 de dezembro de 2023, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) custo atribuído de ativo imobilizado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2. **Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. As normas internacionais *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **1.4 Adoção de novos pronunciamentos contábeis:** Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente. **1.5 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5(a) e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 3.1.

### 2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Principais premissas utilizadas os cálculos em valor em uso:** Anualmente, o Grupo testa eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*) no ágio. Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, os quais seus valores recuperáveis foram determinados baseados em cálculos do valor em uso, efetuados com estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, e que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo identificados de acordo com o segmento operacional. **(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **(c) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário:** O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis:** **(a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se o Grupo fica obrigado a exercê-la (ou não a exercer).

### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

**Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e a consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. **(c) Coligadas e empreendimentos: controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. **3.2 Conversão de moeda estrangeira:** **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação das demonstrações financeiras são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença

entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação das demonstrações financeiras. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente:** Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço. (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, exceto para a investida Tigre Argentina S.A., visto que o Grupo aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para esta subsidiária, utilizando assim a taxa de câmbio de fechamento de cada período. (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Entretanto, se a controlada não for controlada integral, então parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **3.4 Ativos financeiros:** **3.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurado ao custo amortizado: São instrumentos que possuem objetivo de receber/pagar fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente de principal e juros. Os instrumentos que possuem essa classificação são: (i) Caixa e equivalentes de caixa; (ii) Aplicações financeiras; (iii) Contas a receber de clientes e demais contas a receber; (iv) Fornecedores e outras contas a pagar; (v) Risco Sacado e (vi) Empréstimos. No caso de aplicações financeiras e caixa, os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas preponderantemente na variação de 100% do CDI. • Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: O único instrumento que a Companhia detém com esta classificação é o derivativo designado como *hedge accounting* na Tigre S.A. A Companhia designou um derivativo contratado como instrumento de hedge contábil para proteção da dívida gerada pela 1ª emissão de debêntures. O item que é objeto de *hedge* segue sendo valorado ao custo amortizado. O instrumento de *hedge* será valorado ao valor justo por meio do resultado e, com a relação de *hedge* estabelecida, a parcela efetiva do valor justo será reclassificada do resultado para o patrimônio líquido - em outros resultados abrangentes. A realização deste valor justo para o resultado se dará no mesmo período em que os fluxos de caixa previstos impactarem o resultado (realização do objeto). • Mensurado ao valor justo por meio do resultado: Os instrumentos desta categoria são assim classificados por não possuírem objetivo de receber apenas fluxos de caixa contratuais compostos por principal e juros. Os instrumentos que possuem essa classificação são: (i) derivativos. Para estimar o valor justo dos derivativos, são utilizadas, além dos preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, informações que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. Já o valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. **3.4.2 Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(d) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “Outros ganhos (perdas), líquidos”. **3.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Além disso, para estimativa de perdas de devedores duvidosos, o Grupo adota o conceito, segundo a norma internacional IFRS 9, que prevê a deterioração da carteira atual como um todo, utilizando como premissa uma matriz que deve analisar o comportamento histórico de cada negócio/empresa do grupo, utilizando o faturamento em períodos de no mínimo 1 ano pra trás, dividindo em categorias de prazos de pagamentos distintos, agrupados de acordo com o comportamento dos clientes historicamente. Ou seja, a apuração é realizada da carteira como um todo e não cliente a cliente. O Grupo atualiza a matriz anualmente. **3.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **3.7 Ativos intangíveis:** *Softwares:* As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **3.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações	Anos
Máquinas	25-50
Veículos	5-25
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis, utensílios e equipamentos	5
	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado. **3.9 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* uma vez ao ano ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment* de ativos imobilizados, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. Para 2023, a Administração verificou os ativos sujeitos a avaliação de *impairment*, aplicou os procedimentos qualitativos e quantitativos previstos em norma e não identificou a necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável. **3.10 Empréstimos:** Os empréstimos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflète a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia e controladas. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.11 Provisões:** Os custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. **3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido:** **(a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, relacionados às empresas localizadas no Brasil, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Em relação às empresas localizadas em outros países, tais impostos são calculados de acordo com a legislação vigente naquela localidade. **(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.13 Benefícios a empregados:** **(a) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O Grupo fornece aos seus empregados plano de previdência privada, de contribuição definida, onde o funcionário é responsável por estabelecer um range de aporte de acordo com o salário e o Grupo faz o mesmo aporte, não gerando qualquer passivo para o Grupo. **3.14 Plano de opção de compra de ações:** A Companhia possui plano de opção de compra de ações para determinados executivos e membros da Administração. As opções são adquiridas pelos participantes através do recebimento de caixa com contrapartida em outras receitas operacionais. As opções são reconhecidas no patrimônio líquido, com contrapartida no resultado do exercício, durante o período de *vesting* (carência) das opções. A mensuração do plano de opções é com base em seu valor justo e é realizada apenas na data da outorga das opções. **3.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo apenas reconhece a receita quando satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente, ou seja, quando o cliente obtém seu controle. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. Considerando que o negócio da Companhia consiste, essencialmente, na venda de produtos padronizados, a obrigação de performance é concluída no momento de entrega destes produtos. **(b) Componentes de financiamento:** O Grupo não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, o Grupo não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **(b) Receita financeira:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado. **(c) Receita de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **3.16 Arrendamentos:** A Companhia arrenda edifícios e máquinas, cujos contratos de arrendamento são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. A Companhia aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não

continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos, exceto para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, os quais são contabilizados como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido. É utilizada uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros e são realizados ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia. A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. O Grupo não aplica os requisitos de CPC 06 a arrendamentos de ativos intangíveis. Desta forma, tais acordos são contabilizados como despesas. Ainda, o Grupo também não aplica os requisitos de CPC 06 para arrendamentos de curto prazo (aqueles que possuem como duração máxima 12 meses) e para ativos de baixo valor (ou seja, menos de US\$ 5.000, 00, quando novo). **3.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos, após a destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.18 Fornecedores e operações de risco sacado:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da empresa. Nesta operação, a instituição financeira realiza o pagamento antecipado aos fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta operação é única e exclusivamente do fornecedor), o Grupo paga à instituição financeira, na data de pagamento original, o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira. Consequentemente, na demonstração do fluxo de caixa, essas operações foram reconhecidas no grupo de atividades operacionais. **3.19 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **3.20 Aplicação da norma de contabilidade e evidencição de economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidencição em economias altamente inflacionárias (CPC 42/IAS 30) passou a ser requerida. O CPC 42/IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa Tigre Argentina S.A. na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identificou a existência de hiperinflação). De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina utilizando as regras da CPC 42/IAS 29 da seguinte forma: • A norma de contabilidade e evidencição de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018; • Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, estoques etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foram atualizados por um índice de inflação. Os impactos do poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultado em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. No CPC 42/IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas é permitida a utilização de julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado); • A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (ao invés da taxa média). Os impactos nos ativos líquidos da aplicação da norma na controlada na Argentina em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

Itens não monetários	Saldo em milhares de Pesos Argentinos		Saldo em milhares R\$		Efeito Correção - R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos	8.870.963	1.643.978	53.137	48.580	16.253	21.581
Passivos	(488.317)	(170.687)	(2.925)	(5.044)	(1.208)	(1.234)
Patrimônio Líquido	(21.160.478)	(4.086.599)	(126.751)	(20.759)	(205.946)	(85.155)
<b>Efeito no Resultado</b>					<b>(190.901)</b>	<b>(64.808)</b>

A demonstração de resultado da Tigre Argentina S.A. acumulada até 31 de dezembro de 2023 foi corrigida pelo índice de inflação e, posteriormente convertida à taxa de fechamento em dezembro de 0,00599 pesos argentinos por real, em decorrência da aplicação do CPC 42/IAS 29.

#### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

**4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela Tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Previsão de fluxos de caixa Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo e Swaps de moedas
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Previsão de fluxos de caixa	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i> Orientações de investimento em instrumentos de dívida Manutenção de excedente de caixa conforme política de caixa mínimo
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	

**(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas transações de compras, vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o Real (R\$), mas também o Dólar Americano (USD), o Peso Chileno (CLP), o Novo Sol (PEN), Peso Argentino (ARS), Boliviano (BOB), Guarani (PYG), Peso Colombiano (COP) e Peso Uruguai (UYU). Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia e suas controladas. Isto proporciona uma proteção econômica sem a contratação de derivativos. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, o Grupo atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. A exposição à moeda estrangeira das entidades do Grupo considera apenas as moedas estrangeiras nas quais os empréstimos e financiamentos são contratados em cada país, não considerando, para fins de consolidado, para fins de moedas locais de cada país representem moedas estrangeiras para empréstimos e financiamentos. Este risco está atrelado à possibilidade da alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. O Grupo avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar americano, permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originadas por exportações, que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, o Grupo avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de NDF e *swap*, caso o Grupo tenha mais passivos em dólar do que ativos, ou vice-versa. O Grupo mantém sua exposição cambial líquida dentro dos limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Cambiais e de *Commodities*. As principais matérias-primas dos produtos do Grupo são cotadas nos mercados mundiais em dólar americano. Assim sendo, o Grupo entende que estes estoques, em termos econômicos, constituem uma fonte de proteção natural ativa, compensando exposições contábeis passivas em relação ao dólar americano. Os valores de estoques de matéria-prima em USD em 31 de dezembro de 2023, são de aproximadamente USD 161.385 (USD 51.469 em 31 de dezembro de 2022).

Abaixo são demonstradas as tabelas com a exposição líquida do Grupo:

Exposição cambial líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2023 (em US\$ mil)						
Empresas	Empréstimos e Financiamentos	Contas a pagar	Contas a receber	Swap e NDF	Outros	Exposição
Tigre Mat. e Sol. para Construção Ltda.	-	(1.995)	38.215	491	3.925	40.636
Tigre Argentina S.A.	(3.081)	(14.198)	4.211	-	(221)	(13.289)
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	-	(12.887)	524	-	5.447	(6.916)
Tigre Chile S.A.	(9.870)	(7.922)	1.513	-	588	(15.691)
Tigre Colombia S.A.S.	(15.668)	(2.591)	1.679	(287)	1.014	(15.853)
Tigre Ecuador S.A.	-	(50)	2.259	-	4.891	7.100
Tigre Paraguay S.A.	(2.006)	(10.433)	2.601	(14)	10.504	652
Tigre Peru - Tubos y Conexiones S.A.	-	(6.506)	6.239	8	1.960	1.701
Tubconex Uruguay S.A.	-	(4.411)	6.160	48	1.704	3.501
<b>Total</b>	<b>(30.625)</b>	<b>(60.993)</b>	<b>63.401</b>	<b>944</b>	<b>29.812</b>	<b>2.539</b>

Exposição cambial líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2022 (em US\$ mil)						
Empresas	Empréstimos e Financiamentos	Contas a pagar	Contas a receber	Swap e NDF	Outros	Exposição
Tigre Mat. e Sol. para Construção Ltda.	-	(2.754)	8.613	253	4.202	10.314
Tigre Argentina S.A.	(2.878)	(10.970)	10.569	-	11.684	8.405
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	-	(14.493)	248	-	9.269	(4.976)
Tigre Chile S.A.	(12.180)	(8.824)	2.871	145	330	(17.658)
Tigre Colombia S.A.S.	(5.806)	(10.614)	685	-	4.904	(10.831)
Tigre Ecuador S.A.	(1.018)	(6.201)	6.170	-	3.807	2.758
Tigre Paraguay S.A.	-	(6.784)	1.221	(54)	6.550	933
Tigre Peru - Tubos y Conexiones S.A.	(5.240)	(15.642)	2.869	60	3.693	(14.260)
Tubconex Uruguay S.A.	-	(4.463)	8.737	(39)	484	4.719
<b>Total</b>	<b>(27.122)</b>	<b>(80.745)</b>	<b>41.983</b>	<b>(419)</b>	<b>46.013</b>	<b>(20.290)</b>

**Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio:** O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2023 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de câmbio da data da elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 10% e 20%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Dessa forma, as tabelas a seguir demonstram simulação do efeito da variação cambial (perdas) no resultado futuro:

Operação	Saldo em US\$ mil	Possível (-10%)			Consolidado Remoto (-20%)		
		Taxa	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado em R\$	em R\$
Contas a receber	63.401	4,8413	4,3572	(30.694)	3,8730	(61.389)	
Outros ativos	29.812	4,8413	4,3572	(14.433)	3,8730	(28.866)	
Contas a pagar	(60.993)	4,8413	4,3572	29.529	3,8730	59.057	
Swap e NDF	944	4,8413	4,3572	(457)	3,8730	(914)	
Empréstimos e Financiamentos	(30.625)	4,8413	4,3572	14.826	3,8730	29.653	
<b>Exposição total</b>	<b>2.539</b>			<b>(1.229)</b>		<b>(2.459)</b>	

Operação	Saldo em US\$ mil	Possível (+10%)			Remoto (+20%)		
		Taxa	Taxa	Resultado R\$	Taxa	Resultado em R\$	em R\$
Contas a receber	63.401	4,8413	5,3254	30.694	5,8096	61.389	
Outros ativos	29.812	4,8413	5,3254	14.433	5,8096	28.866	
Contas a pagar	(60.993)	4,8413	5,3254	(29.529)	5,8096	(59.057)	
Swap e NDF	944	4,8413	5,3254	457	5,8096	914	
Empréstimos e Financiamentos	(30.625)	4,8413	5,3254	(14.826)	5,8096	(29.653)	
<b>Exposição total</b>	<b>2.539</b>			<b>1.229</b>		<b>2.459</b>	

**(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis em CDI e SOFR exposto o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantém aproximadamente 4% de seus empréstimos com taxa de juros fixas, advindo principalmente nas operações nos Estados Unidos da América. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o lucro líquido, com uma variação em torno de 0,25%, corresponderia a um aumento máximo de R\$ 2.695 ou a uma redução máxima de R\$ 2.695, respectivamente. Eventualmente, o Grupo também efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria variação de R\$ 2.695, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

Fatores de risco	Empréstimos e Financiamentos	Cenário	Resultado em R\$
Varição taxas variáveis (CDI e SOFR)	1.320.414	+ 25 bps	2.695

Fatores de risco	Empréstimos e Financiamentos	Cenário	Resultado em R\$
Varição taxas variáveis (CDI e SOFR)	1.320.414	- 25 bps	(2.695)

**(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício de 2023 e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já estimado. **(c) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e controladas. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	2024	2025	2026	2027 +	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	614.542	1.986	-	-	616.528
Risco sacado	43.088	-	-	-	43.088
Empréstimos e financiamentos	194.820	125.500	703.700	349.000	1.373.020
Passivos de arrendamento	28.271	5.557	-	-	33.828
Passivos financeiros derivativos	1.560	-	-	-	1.560
Ativos financeiros derivativos	(6.152)	-	-	-	(6.152)
Dividendos e juros sobre capital próprio	490.406	-	-	-	490.406
<b>Saldo final</b>	<b>1.366.535</b>	<b>133.043</b>	<b>703.700</b>	<b>349.000</b>	<b>2.552.278</b>

Controladora	2024	2025	2026	2027 +	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	9.441	1.840	-	-	11.281
Empréstimos e financiamentos	60.472	125.500	122.744	349.000	657.716
Partes relacionadas	14.067	-	-	-	14.067
Ativos financeiros derivativos	(3.380)	-	-	-	(3.380)
Dividendos e juros sobre capital próprio	490.406	-	-	-	490.406
<b>Saldo final</b>	<b>571.006</b>	<b>127.340</b>	<b>122.744</b>	<b>349.000</b>	<b>1.170.090</b>

**4.2 Gestão de capital:** A gestão de capital da Companhia e suas controladas visa manter a continuidade da operação buscando uma estrutura de capital que possibilite a maximização do resultado ao acionista e assegure capacidade de pagamento de suas obrigações com terceiros. Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento, o Grupo utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida e EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos e financiamentos, arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

**(a) Valor justo:** As políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Controladora	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores, e partes relacionadas	14.155	14.155	20	20
Empréstimos e financiamentos	654.336	661.272	785.292	793.903

Consolidado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Contas a receber	766.626	766.626	1.072.739	1.072.739
Fornecedores, risco sacado, partes relacionadas e outras contas a pagar	521.064	521.064	627.492	627.492
Empréstimos e financiamentos	1.368.428	1.427.654	1.814.302	1.870.495
Passivo de arrendamento	33.828	33.828	40.390	40.390

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de perdas estimadas e ajuste a valor presente, quando aplicável ou relevante. • Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, pois, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. • Passivo de arrendamento - são inicialmente mensurados ao valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. • Derivativos - são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas no resultado na rubrica de instrumentos derivativos. Os demais instrumentos financeiros não incluídos no quadro acima estão apresentados na nota explicativa 6. **(b) Cláusulas contratuais restritivas - covenants:** Sob os termos das principais linhas de crédito, o Grupo é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras: • A alavancagem não deveria ser superior a 3,00 vezes o EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) no ano de 2023. O Grupo cumpriu com esses *covenants* durante o exercício de 2023. **4.3 Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2023, todos os instrumentos financeiros, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são mensurados ao valor justo avaliados pelas técnicas descritas

continuação

Entidade	Investimento	País	Participação acionária (%)		Participação acionária (%)		Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Goodwill e Mais valia	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
			Direta	Indireta	Direta	Indireta								
			2023	2022	2023	2022								
Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A.	Controlada	Brasil	70,00	60,00	-	-	Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	2.275.361	1.414.270	-	319.620	99,99%	319.587	1.414.126
Tigre Sol.Amb.Ind.Com.Man. de Equipamentos Ltda.	Controlada	Brasil	-	-	70,00	60,00	Tigre Paraguay S.A.	159.830	89.508	-	21.508	55,68%	11.635	49.838
Tubos Tigre - ADS do Brasil Ltda	Joint Venture	Brasil	-	-	50,00	50,00	Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A.	647	(2.542)	-	1.969	70,00%	1.304	(1.779)
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	Coligada	Brasil	27,14	27,50	-	-	Tigre Participações em Metais Sanitários Ltda.	127.411	127.310	-	5.132	99,99%	5.131	127.298

**Composição dos investimentos:** O saldo de investimentos no consolidado é representado pela participação da Companhia na Tubérias Tigre - ADS Ltda e suas subsidiárias, sobre a qual a Companhia possui 50% de participação e controle compartilhado com o Grupo ADS Inc. Adicionalmente, há um investimento com participação de 27,14% na Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

**Movimentação dos investimentos:** Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os principais saldos e informações da Tubérias Tigre - ADS Ltda e da Juntos Somos Mais (sendo a equivalência patrimonial e o valor do investimento proporcional a participação do Grupo Tigre), são conforme abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
	Ativo total	329.918
Patrimônio líquido	191.582	160.129
Lucro do exercício	47.076	41.094
Equivalência patrimonial	23.538	20.547
Valor do investimento	95.791	80.065

	Consolidado	
	2023	2022
	Ativo total	71.714
Patrimônio líquido	(11.678)	23.519
Prejuízo do exercício	(36.002)	(81.928)
Equivalência patrimonial	(9.825)	(22.530)
Valor do investimento	462	8.736

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Goodwill e Mais valia	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
AZ Administradora de Bens S.A.	12.556	12.552	1.416	1.591	10,00%	29	1.255
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	142.706	125.587	-	4.859	0,01%	1	13
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	71.714	(11.678)	-	(36.002)	27,14%	(9.825)	462
Novak Participações S.A.	13.766	13.764	-	1.786	10,00%	179	1.376
Tigre Administradora de Bens Imóveis Ltda.	17.315	17.286	-	(629)	7,82%	(49)	1.352
Tigre Argentina S.A.	250.376	127.503	-	35.288	99,89%	35.247	127.411
Tigre Chaco S.A.	-	(159)	-	66	1,00%	1	(2)
Tigre Colombia S.A.S.	131.014	36.730	-	(22.292)	100,00%	(22.292)	36.730
Tigre Ecuador S.A.	51.098	45.092	-	(36.149)	60,81%	(21.982)	27.420
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda.	211.941	172.953	-	108.442	0,02%	18	35

Controladora	Saldo inicial em 1º janeiro de 2023	Dividendos e JCP recebidos	Dividendos e JCP a receber	Aumento de capital social	Adiantamento para o Futuro Capital ("AFAC")	Variação cambial e monetária de investimentos	Equivalência patrimonial	Outros movimentos	Saldo em 31 de dezembro de 2023
AZ Administradora de Bens S.A.	2.919	(277)	-	-	-	-	29	-	2.671
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	12	-	-	-	-	-	1	-	13
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	8.736	-	-	-	3.630	-	(9.825)	(2.079)	462
Novak Participações S.A.	1.537	(340)	-	-	-	-	179	-	1.376
Tigre Administradora de Bens Imóveis Ltda.	1.401	-	-	-	-	-	(49)	-	1.352
Tigre Argentina S.A.	206.352	-	(2.121)	-	-	(112.067)	35.247	-	127.411
Tigre Chaco S.A.	(4)	-	-	-	-	-	1	-	(2)
Tigre Colombia S.A.S.	57.618	-	-	-	-	728	(22.292)	676	36.730
Tigre Ecuador S.A.	52.736	-	-	-	-	(3.334)	(21.982)	-	27.420
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda	8	-	(1)	-	-	-	18	10	35
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	1.488.465	(393.488)	-	-	-	-	319.587	(438)	1.414.126
Tigre Paraguay S.A.	49.728	(12.200)	-	-	-	-	675	11.635	49.838
Tigre Partic. em Soluções Ambientais S.A.	(1.905)	-	-	-	-	-	1.304	(1.178)	(1.779)
Tigre Participações em Metais Sanitários Ltda.	122.167	-	-	-	-	-	5.131	-	127.298
Tigre Peru - Tubos y Conexiones S.A.	129.868	-	-	109.000	-	(8.045)	(10.043)	(9)	220.780
Tigre S.A. Tubos, Conexiones Y Cables	115.806	(36.206)	-	-	-	(8.508)	48.633	(9)	119.716
Tigre USA Inc.	168.432	-	-	-	-	(13.013)	7.462	-	162.881
Tigre Chile S.A.	151.147	-	-	138.600	-	(26.862)	(22.922)	-	239.963
Tubconex Uruguay S.A.	16.961	(1.350)	-	-	-	(964)	4.113	-	18.760
<b>Total</b>	<b>2.571.984</b>	<b>(443.861)</b>	<b>(2.122)</b>	<b>247.600</b>	<b>3.630</b>	<b>(171.389)</b>	<b>346.227</b>	<b>(3.018)</b>	<b>2.549.051</b>

Controladora	Saldo inicial em 1º janeiro de 2022	Dividendos recebidos e JCP	Aumento de capital social	Reorganização societária	Variação cambial e monetária de investimentos	Equivalência patrimonial	Outros movimentos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
AZ Administradora de Bens S.A.	2.867	(139)	-	-	-	191	-	2.919
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	-	-	-	-	-	(1)	13	12
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	29.771	-	8.250	-	-	(22.530)	(6.755)	8.736
Novak Participações S.A.	1.375	(141)	-	-	-	361	(58)	1.537
Pincéis Tigre Chile Ltda	450	-	-	-	-	(44)	(406)	-
Tigre Administradora de Bens Imóveis Ltda.	1.445	-	-	-	-	(19)	(25)	1.401
Tigre Argentina S.A.	109.722	-	25.635	-	(13.360)	83.956	399	206.352
Tigre Chaco S.A.	(5)	-	-	-	69	(1)	(67)	(4)
Tigre Colombia S.A.S.	54.773	-	-	31.321	(12.800)	(17.770)	2.094	57.618
Tigre Ecuador S.A.	21.409	-	-	37.546	(2.677)	(3.540)	(2)	52.736
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda	5	-	-	-	-	6	(3)	8
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	1.283.471	(200.018)	-	-	(25)	405.292	(255)	1.488.465
Tigre Paraguay S.A.	60.371	(16.640)	-	-	(6.771)	12.991	(223)	49.728
Tigre Partic. em Soluções Ambientais S.A.	1.875	-	-	-	-	(2.196)	(1.584)	(1.905)
Tigre Participações em Metais Sanitários Ltda.	(6.770)	-	136.000	-	-	(7.035)	(28)	122.167
Tigre Peru - Tubos y Conexiones S.A.	24.758	-	-	112.714	(679)	(6.926)	1	129.868
Tigre S.A. Tubos, Conexiones Y Cables	112.624	(25.278)	-	-	(4.026)	32.027	459	115.806
Tigre USA Inc.	58.729	-	-	-	(2.775)	111.562	916	168.432
Tigre Chile S.A.	403.865	-	-	(223.074)	(16.345)	12.367	(25.666)	151.147
Tubconex Uruguay S.A.	-	-	15.858	-	-	1.236	(133)	16.961
<b>Total</b>	<b>2.160.735</b>	<b>(242.216)</b>	<b>144.250</b>	<b>-</b>	<b>(59.433)</b>	<b>599.971</b>	<b>(31.323)</b>	<b>2.571.984</b>

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Ao custo amortizado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	329.867	775.907	747.714	1.500.429
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	13.681	5.867	825.540	1.126.910
Dividendos a receber	3.416	240.712	-	-
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>				
Derivativos	-	-	2.772	2.390
<b>Ao valor justo por meio do patrimônio líquido</b>				
Derivativos	3.380	-	3.380	-
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Ao custo amortizado</b>				
Fornecedores e outras contas a pagar	11.281	3.960	616.528	630.347
Risco sacado	-	-	43.088	132.407
Empréstimos e financiamentos	657.716	781.202	1.373.020	1.812.119
Passivos de arrendamento	-	-	33.828	40.390
Dividendos e juros sobre capital próprio	490.406	1.101.295	490.406	1.101.295
<b>Ao valor justo por meio do resultado</b>				
Derivativos	-	4.090	1.560	4.573

(a) Caixa e equivalentes	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	-	-	450	558
Bancos (a)	2	1.524	125.653	167.319
Aplicações financeiras (b)	329.865	774.383	621.611	1.332.552
<b>Total</b>	<b>329.867</b>	<b>775.907</b>	<b>747.714</b>	<b>1.500.429</b>

(a) O saldo de bancos compreende disponibilidades em contas correntes bancárias. (b) Trata-se de investimentos efetuados em instrumentos de renda fixa, substancialmente indexados ao CDI no Brasil, conforme determinado pela política estabelecida. Todos os produtos desfrutam de alta liquidez e são prontamente convertíveis em um montante conhecido de recursos financeiros, estando isentos de riscos substanciais de variação de valor.

Contratos futuros	Valor Referência (Nocional) R\$		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
NDF Compra a Termo	77.461	-	(1.560)	-
NDF Venda a Termo	137.977	93.919	2.772	2.390
<b>Total</b>	<b>215.438</b>	<b>93.919</b>	<b>1.212</b>	<b>2.390</b>

Contratos de Swaps	Valor Referência (Nocional) R\$		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Swap CDI - Pré x Pós (a)	600.000	600.000	3.380	(4.090)
	600.000	600.000	3.380	(4.090)
<b>Total</b>	<b>615.438</b>	<b>693.919</b>	<b>4.592</b>	<b>(1.700)</b>

(a) A Companhia designou o derivativo contratado como instrumento de hedge contábil para proteção da dívida gerada pela emissão das debêntures. Assim, o objeto de proteção ("Debêntures") é um passivo financeiro que estava exposto ao risco de fluxo de caixa por possuir posicionamento pós-fixado com relação a taxa de juros (CDI + spread fixo). Para adequar a exposição aos riscos à estratégia financeira da Companhia, foi contratado o derivativo (swap de taxa de juros) que transforma a dívida em um posicionamento pós-fixado com relação a taxa de juros (percentual do CDI). A Companhia entende que existe evidente relação econômica do objeto e do instrumento de hedge, aliada a estratégia financeira definida.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	Consolidado	
	2023	2022
Contas a receber de clientes - no país	773.799	1.081.747
Contas a receber de clientes - no exterior	21.935	13.914
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(29.108)	(22.922)
<b>Total</b>	<b>766.626</b>	<b>1.072.739</b>
Circulante	765.108	1.071.116
Não circulante	1.518	1.623

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Goodwill e Mais valia	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial	Valor do investimento
AZ Administradora de Bens S.A.	15.115	13.728	1.546	3.226	10,00%	191	2.919
Tigre Ferramentas para Construção Civil S.A.	164.952	120.728	-	(7.457)	0,01%	(1)	12
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	116.023	23.519	-	(81.928)	27,50%	(22.530)	8.736
Novak Participações S.A.	16.780	15.374	-	3.606	10,00%	361	1.537
Tigre Administradora de Bens Imóveis Ltda.	18.062	17.915	-	(244)	7,82%	(19)	1.401
Tigre Argentina S.A.	422.695	206.579	-	91.433	99,89%	83.956	206.352
Tigre Chaco S.A.	1	(369)	-	(94)	1,00%	(1)	(4)
Tigre Colombia S.A.S.	198.439	57.618	-	(21.291)	100,00%	(17.770)	57.618
Tigre Ecuador S.A.	129.626	86.722	-	(7.326)	60,81%	(3.540)	52.736
Tigre Ind. e Com. de Compostos Plásticos Ltda.	112.849	78.973	-	58.890	0,01%	6	8
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	2.611.459	1.488.613	-	405.349	99,99%	405.292	1.488.465
Tigre Paraguay S.A.	181.501	97.505	-	25.473	51,00%	12.991	49.728
Tigre Partic. e Soluções Ambientais S.A.	(440)	(3.175)	-	(3.660)	60,00%	(2.196)	(1.905)
Tigre Participações em Metais Sanitários Ltda.	122.306	122.179	-	(7.036)	99,99%	(7.035)	122.167
Tigre Peru - Tubos y Conexiones S.A.	324.107	129.868	-	(10.197)	100,00%	(6.926)	129.868
Tigre S.A. Tubos, Conexiones y Cables	281.781	124.029	-	34.301	93,37%	32.027	115.806
Tigre USA Inc.	926.523	168.432	-	111.562	100,00%	111.562	168.432
Tigre Chile S.A.	434.899	151.147	-	12.367	100,00%	12.367	151.147
Tubconex Uruguay S.A.							

(a) Refere-se a venda de terrenos localizados em Camaçari (Bahia) ocorrida em dezembro de 2023, impactando o resultado da Companhia em uma perda de R\$ 5.118

### (i) Valores reconhecidos no resultado relacionados às propriedades para investimento

	Controladora	
	2023	2022
Receitas de aluguéis	10.527	12.776
Custos que geraram receitas de aluguéis	(4.305)	(4.671)
<b>(ii) Mensuração de propriedades para investimento ao custo:</b> As propriedades para investimento da Companhia, principalmente edifícios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo e são ocupadas pelas subsidiárias do Grupo. Elas são reconhecidas pelo custo e depreciadas conforme vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para as propriedades para investimento são de 25 a 50 anos, conforme laudos de avaliação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, eventuais ajustes, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor justo das propriedades para investimento mantidas pelo Grupo é determinado mediante uso de técnicas de avaliação utilizadas no mercado por empresas independentes e especializadas. Para determinação do valor justo destas propriedades utiliza-se o método comparativo com dados de mercado, bem como é utilizado o método involutivo para determinar o valor justo destas propriedades para investimento. O total do valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 280.616 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 280.616).		
<b>(iii) Contratos de arrendamento:</b> As propriedades para investimento são arrendadas para locatários do Grupo por meio de arrendamentos, com pagamentos mensais de aluguel. Embora esteja exposto a mudanças no valor residual no final dos arrendamentos atuais, o Grupo normalmente obtém novos arrendamentos e, por isso, não irá realizar imediatamente nenhuma redução no valor residual ao final destes arrendamentos. As expectativas sobre os valores residuais futuros são refletidas no valor justo das propriedades.		

### 13. ARRENDAMENTOS

(i) **Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Consolidado	
	2023	2022
Ativos de direito de uso		
Edificações	33.315	40.130
	<b>33.315</b>	<b>40.130</b>
Passivos de arrendamentos		
Circulante	28.271	27.026
Não circulante	5.557	13.364
	<b>33.828</b>	<b>40.390</b>

(ii) **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são utilizados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos.

**Passivos de arrendamento:** As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	40.390	37.419
Juros provisionados	13.846	1.999
Adição por novos contratos	14.502	28.909
Baixa de contratos	(536)	-
Pagamentos	(34.374)	(27.937)
Saldo no final do exercício	<b>33.828</b>	<b>40.390</b>

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

	Consolidado	
	2023	2022
Menos de 1 ano	28.271	27.026
Acima de 1 ano	5.557	13.364
<b>Total</b>	<b>33.828</b>	<b>40.390</b>

**Ativos de direito de uso:** A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	40.130	39.627
Adição por novos contratos	14.502	28.909
Baixa de contratos	(638)	(3.032)
Despesa de depreciação	(20.679)	(25.374)
Saldo no final do exercício	<b>33.315</b>	<b>40.130</b>

### 14. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio patentes	Relacionamento com clientes	Software	Direito Comercial	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>125.395</b>	<b>46.786</b>	<b>69.763</b>	<b>20.458</b>	<b>262.402</b>
Custo	125.395	53.934	69.763	119.340	368.432
Amortização	-	(7.148)	-	(98.882)	(106.030)
Adições	-	-	-	515	515
Amortização	-	-	(2.013)	(10.695)	(12.898)
Efeitos das variações de taxas de câmbio	(6.518)	(1.401)	(6.243)	(36)	(14.246)
Transferências	-	(16.279)	9.420	10.290	4.701
					8.132
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>118.877</b>	<b>29.106</b>	<b>70.927</b>	<b>20.532</b>	<b>4.463</b>
Custo	118.877	36.254	72.940	130.109	4.653
Amortização	-	(7.148)	(2.013)	(109.577)	(190)
Adições	-	-	-	29	29
Amortização	-	-	(1.104)	(10.667)	(11.960)
Efeitos das variações de taxas de câmbio	(7.970)	(6.679)	-	22	(105)
Transferências	-	-	-	17.047	17.047
Baixas	-	-	-	(408)	(408)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>110.907</b>	<b>22.427</b>	<b>69.823</b>	<b>26.555</b>	<b>4.169</b>
Custo	110.907	29.575	72.940	147.207	4.548
Amortização	-	(7.148)	(3.117)	(120.244)	(379)

### 15. IMOBILIZADO

#### (a) Composição

	Consolidado							
	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Veículos	Outros ativos	Imobilizado em andamento	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2022</b>	<b>410.037</b>	<b>434.929</b>	<b>6.855</b>	<b>47.217</b>	<b>2.813</b>	<b>12.567</b>	<b>126.958</b>	<b>1.041.376</b>
Custo	551.807	1.399.100	38.055	168.505	12.076	106.047	126.958	2.402.548
Depreciação acumulada	(141.770)	(964.171)	(31.200)	(121.288)	(9.263)	(93.480)	-	(1.361.172)
Adições	27.258	6.272	7.280	429	221	1.622	249.736	292.818
Transferências	(31.018)	218.214	3.196	2.433	(500)	11.474	(211.931)	(8.132)
Baixas	(616)	(17.052)	(134)	(1.448)	(13)	(182)	-	(19.445)
Depreciação	(17.536)	(70.030)	(1.642)	(5.266)	(183)	(4.777)	-	(99.434)
Correção monetária	12.508	5.293	133	635	-	150	681	19.400
Efeito das variações na taxa de câmbio	(24.854)	(35.875)	(1.149)	(2.685)	(186)	(967)	910	(64.806)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>375.779</b>	<b>541.751</b>	<b>14.539</b>	<b>41.315</b>	<b>2.152</b>	<b>19.887</b>	<b>166.354</b>	<b>1.161.777</b>
Custo	535.085	1.575.952	47.381	167.869	11.598	118.144	166.354	2.622.383
Depreciação acumulada	(159.306)	(1.034.201)	(32.842)	(126.554)	(9.446)	(98.257)	-	(1.460.606)
Adições	17.941	191	63	-	-	81	250.840	269.116
Transferências	103.523	122.105	(769)	14.479	(1.107)	2.879	(251.197)	(10.087)
Baixas	(17.045)	(22.596)	(400)	(4.657)	(11)	(295)	(3.378)	(48.382)
Depreciação	(15.231)	(79.215)	(1.950)	(5.268)	(161)	(5.251)	-	(107.076)
Correção monetária	21.539	5.595	2.484	1.625	-	304	1.102	32.649
Efeito das variações na taxa de câmbio	(48.144)	(28.706)	(3.942)	(4.503)	(39)	(1.239)	(4.947)	(91.520)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>438.362</b>	<b>539.125</b>	<b>10.025</b>	<b>42.991</b>	<b>834</b>	<b>16.366</b>	<b>158.774</b>	<b>1.206.477</b>
Custo	612.899	1.652.541	44.817	174.813	10.441	119.874	158.774	2.774.159
Depreciação acumulada	(174.537)	(1.113.416)	(34.792)	(131.822)	(9.607)	(103.508)	-	(1.567.682)

(b) **Imobilizado em andamento:** Os principais projetos relacionados ao grupo de imobilizado em andamento são: a) Projetos de expansão da capacidade produtiva; b) Projetos para melhoria de competitividade e produtividade; c) Projetos de tecnologia visando a melhoria da gestão e governança do negócio; d) Projetos para investimentos em manutenção do negócio. Todos os projetos estão previstos para conclusão em 2024.

### 16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores nacionais	88	20	401.195	402.723
Fornecedores estrangeiros	-	-	79.582	95.176
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>20</b>	<b>480.777</b>	<b>497.899</b>

### 17. RISCO SACADO

	Consolidado	
	2023	2022
<b>Operações de risco sacado</b>		
Mercado interno	29.343	22.252
Mercado externo (a)	13.745	110.155
	<b>43.088</b>	<b>132.407</b>

(a) Em 2023 houve liquidações de operações de *forfaiting* que foram contratadas em 2022 e, por opção da Administração, não houve novas contratações.

### 18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As informações contidas nessa nota referem-se aos termos dos contratos de empréstimos e financiamentos que são mensurados pelo custo amortizado. Informações sobre exposição ao risco de taxa, variação cambial e liquidez estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4. A Companhia e controladas possuem empréstimos e financiamentos, conforme segue:

Modalidade	Moeda	Encargos	Prazo	Consolidado	
				2023	2022
<b>Brasil</b>					
Finame	BRL	-	-	-	129
Capital de giro	BRL	CDI + 1,17% a.a. a 2,00% a.a.	2024	120.286	286.567
Debêntures (a)	BRL	112,90% CDI a 115,78% CDI	2026-2028	607.460	608.639
Outros	BRL	-	2024	7	67
<b>Total empréstimos Exterior</b>				<b>727.753</b>	<b>895.402</b>
<b>Tigre Argentina</b>					
Venda de cheques	ARS	107,37% a.a.	2024	9.612	23.449
<b>Tigre Bolívia</b>					
Giro, Investimentos	BOB	4,90% a.a.	2024	11.450	24.681
<b>Tigre Chile</b>					
Giro, Investimentos	CLP	-	-	-	124.519
<b>Tigre Colômbia</b>					
Giro, Investimentos	COP	-	-	-	18.125
<b>Tigre Paraguai</b>					
Giro, Investimentos	USD	6,51% a.a. a 6,67% a.a.	2024	31.537	15.428
<b>Tigre Peru</b>					
Giro, Investimentos	PEN	-	-	-	109.833
<b>Tigre USA</b>					
Giro, Investimentos (b)	USD	SOFR + 2,75% a.a.	2026	592.668	600.682
				645.267	916.717
				<b>1.373.020</b>	<b>1.812.119</b>
Circulante				194.200	1.203.329
Não circulante				1.178.820	608.790
				<b>1.373.020</b>	<b>1.812.119</b>

(a) Refere-se às debêntures da Tigre S.A. Participações contratadas em novembro/2021. (b) Refere-se ao financiamento de US\$ 75.000 mil para a aquisição de 100% de participação na Dura Plastic Products Inc em abril/2021. A operação foi renovada em abril/2023, adicionando ao principal o valor de US\$ 45.000 mil, decorrente de operações contratadas posteriormente para fins de capital de giro. O valor total do financiamento em 31 de dezembro de 2023 é de US\$ 120.000 mil.

Abreviações utilizadas: Finame - Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos. *SOFR* - *Secured Overnight Funding Rate*. A Companhia e controladas não possuem arrendamentos financeiros com pagamentos contingentes. A movimentação dos empréstimos é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo no início do exercício	781.202	754.386	1.812.119	1.871.987
Captações	50.000	-	876.722	1.125.072
Variação cambial	-	-	(81.910)	(68.702)
Provisão de juros	102.832	104.838	183.926	176.449
Juros pagos	(133.739)	(78.022)	(218.640)	(149.539)
Liquidações	(142.579)	-	(1.199.197)	(1.143.148)
Saldo no final do exercício	<b>657.716</b>	<b>781.202</b>	<b>1.373.020</b>	<b>1.812.119</b>

Cronograma de vencimentos, conforme abaixo:

Controladora	2024	2025	2026	2027+	Total
Empréstimos bancários	60.472	125.500	122.744	349.000	657.716
<b>Consolidado</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027+</b>	<b>Total</b>
Empréstimos bancários	194.820	125.500	703.700	349.000	1.373.020

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos ao atingimento de índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. O indicador foi integralmente cumprido e é o seguinte: Dívida Líquida *versus* EBITDA não superior a 3,00 vezes no Consolidado.

### 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As movimentações das provisões, assim como das provisões para contingências, estão demonstradas a seguir:

#### (a) Composição e movimentação das provisões para contingências prováveis

	Consolidado			
	Cível e trabalhista	Tributária	Total	Total
Saldo no início do exercício	23.300	114.458	137.758	158.010
Provisões constituídas durante o exercício	20.764	4.105	24.869	39.412
Provisões utilizadas ou revertidas, líquidas de depósitos judiciais, durante o exercício	(10.328)	(929)	(11.257)	(41.659)
Variações cambiais	(1.414)	-	(1.414)	(18.005)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>32.322</b>	<b>117.634</b>	<b>149.956</b>	<b>137.758</b>
Circulante	-	-	4.914	1.576
Não circulante	-	-	145.042	136.182

A Controladora não possui provisões relevantes em razão de ausência de discussões judiciais sob sua responsabilidade. No consolidado, as provisões referem-se: *Provisões para contingências tributárias:* As provisões para riscos tributárias referem-se a situações nas quais o Grupo avalia ter risco de desembolso em razão de causas tributárias relacionadas à discussão da constitucionalidade do FAP, limitação de compensação em 30% e PIS e COFINS sobre receitas financeiras, para os quais possui depósito judiciais na integralidade. Há ainda montantes referentes à dedutibilidade de despesas utilizadas nos cálculos de imposto de renda e contribuição social e autuações fiscais de ICMS, executadas pelos fiscais estaduais que não reconhecem os benefícios concedidos por outros estados. As provisões consideram o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os casos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. *Provisões para contingências trabalhistas:* As provisões para riscos trabalhistas são representadas principalmente por reclamações trabalhistas, envolvendo discussões sobre reflexos de horas extras, responsabilidade subsidiária, dentre outras. Baseado em informações históricas e na opinião de seus assessores jurídicos, a Empresa constitui as provisões as quais são consideradas suficientes para fazer face a prováveis perdas. *Provisões para contingências cíveis:* As provisões para riscos cíveis são representadas principalmente por discussões envolvendo responsabilidade solidária de Revendas, sendo que o Grupo considera que as provisões efetivadas são suficientes para fazer face a prováveis perdas. *Contingências passíveis:* O Grupo possui diversos processos passivos, cuja opinião dos advogados é que o risco de perda é possível, no montante de R\$ 379.526 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 382.600). Os principais processos, cujo risco de perda foi avaliado como possível, referem-se a ações judiciais nas quais o Grupo discute: (i) a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), por divergência na classificação fiscal dos produtos; (ii) Autos de Infração de ICMS; (iii) horas extras; (iv) doença ocupacional; (v) subsidiariedade e (vi) discussões sobre contratos de prestação de serviços.

#### (a) Movimentação dos depósitos judiciais

	Consolidado			
	Cível e trabalhista	Tributária	Total	Total
Saldo no início do exercício	5.610	44.531	50.141	



continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Tigre S.A. Participações

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tigre S.A. Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Tigre S.A. Participações e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) (Notas 13 e 14)</b></p> <p>De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente a um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos não financeiros, os quais incluem o ativo imobilizado e o ativo intangível, bem como o ágio por rentabilidade futura (<i>Goodwill</i>). Em 31 de dezembro de 2023, conforme descrito nas Notas 13 e 14, saldos de ativo intangível e imobilizado apresentados no consolidado são de R\$ 233.881 mil e R\$ 1.206.477 mil, respectivamente. Em relação ao saldo de intangível, destaca-se o montante de R\$ 110.907 mil referentes a ágio por rentabilidade futura.</p> <p>A administração elabora, anualmente, testes para avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, e concluiu não ser necessário efetuar qualquer ajuste em 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Tratam-se de testes que levam em consideração estimativas e premissas sensíveis, visto que envolvem julgamentos críticos por parte da administração da Companhia. A utilização de diferentes premissas nas projeções de fluxo de caixa futuro, tais como: taxas de crescimento de receita, margens EBITDA e taxa de desconto utilizados, podem modificar significativamente as conclusões desses testes. Assim, esse assunto foi considerado uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros:</p> <p>(i) Atualização do entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela administração para projetar os fluxos de caixa descontados, principalmente no que se refere às taxas de crescimento das margens e a determinação da taxa de desconto no período projetado e a taxa de crescimento na perpetuidade, bem como comparação dos cálculos com as informações de mercado disponíveis, quando aplicável.</p> <p>(ii) Avaliação da coerência geral lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa futuros e avaliação da razoabilidade das premissas significativas: receita, custos e despesas e taxa de desconto.</p> <p>(iii) Recálculo da taxa de desconto considerando parâmetros de mercado.</p> <p>(iv) Recálculo do valor presente dos fluxos de caixa, bem como análise de sensibilidade para avaliar situações em que as variações resultariam na eventual necessidade de registro de perda não reconhecida.</p> <p>(v) Avaliação da adequação e suficiência das divulgações em notas explicativas, relativas a esses assuntos, conforme as normas contábeis.</p> <p>No contexto das demonstrações financeiras, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração no teste de <i>impairment</i> do ativo imobilizado e intangível são adequados e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>
<p><b>Receita de contratos com clientes (Notas 21 e 30.14)</b></p> <p>A receita com vendas é reconhecida no momento em que as controladas satisfazem suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos ao cliente.</p> <p>Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de vendas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a existência de contratos que estipulam a concessão de descontos, conforme o atingimento de metas anuais, os quais demandam estimativas elaboradas pela administração da Companhia sobre o valor da contraprestação a ser reconhecida na receita; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações do Grupo; (ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e relacionados às transações de vendas, bem como a avaliação do desenho e da implementação dessas atividades de controles; (iii) com base em amostragem, efetuamos testes específicos em determinadas transações de receita, inspecionando as evidências de sua ocorrência, integridade, exatidão e adequada contabilização; (iv) com base em amostragem, obtivemos determinados contratos firmados com clientes, bem como a memória de cálculo contendo a estimativa do percentual de atingimento das metas anuais, os quais utilizamos para validação da apuração dos valores de contraprestação reconhecida na receita; e</p> <p>(v) avaliamos a adequação das divulgações sobre o reconhecimento da receita.</p> <p>Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 26 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa  
Contador  
CRC 1SP236051/O-7



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>